

Efeitos da crise econômica na América Latina: os casos de Brasil, Argentina e México

Avanço de investigação em curso

GT 08 - Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro
João Assis Dulci

Resumo:

Há um interesse crescente em questões que se referem ao tema da pobreza, em especial o efeito das crises econômicas na incidência, intensidade e severidade do fenômeno. O conceito de pobreza tem atraído o interesse intelectual e político por mais de cem anos, mas um modelo abrangente e consensual para a mensuração não está em vigor e os instrumentos existentes não são totalmente adequados para a tarefa de representar a estrutura do problema. As formas objetivas de privação material e social na América Latina merecem reflexão e mensuração adequadas. Assim, este trabalho pretende avaliar os movimentos para dentro e fora da condição de pobreza, bem como a severidade da mesma, em três países latino-americanos: Argentina, Brasil e México.

Palavras-Chave: Crise econômica. Pobreza. América Latina.

Introdução:

A crise econômica mundial de 2008 espalhou-se de forma rápida por todo o globo, atingindo os países de maneiras distintas. Tendo por base o momento crítico do fim da primeira década do século XXI, o presente artigo pretende analisar os efeitos da recente crise na incidência, intensidade e severidade da pobreza em três países latino-americanos: Brasil, Argentina e México. Utilizamos linhas de pobreza absolutas e relativas para mensurar a pobreza, defendendo a utilização mais ampla do critério relativo. Está na agenda a discussão teórica e metodológica que tem por objetivo inaugurar outra lógica para conceituar, definir e mensurar o fenômeno da pobreza. A pobreza como uma realidade material desfigura e restringe as vidas de milhões de mulheres, homens e crianças (LISTER, 2004:1). O conceito de pobreza tem atraído o interesse intelectual e político por mais de cem anos (TOWNSEND, 1993:29), mas um modelo abrangente e consensual para a mensuração da pobreza não está em vigor (GRUSKY e WEEDEN, 2008:20). Não há acordo, muito em razão das implicações práticas que a fixação do significado traz para a distribuição de recursos, dentro e entre as sociedades (LISTER, 2004:3).

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação e o fenômeno é complexo. Em geral parte-se da construção de um conceito amplo que irá fornecer o *framework* no qual as definições e medidas serão desenvolvidas (LISTER, 2004:3-4). Durante o século XX três conceitos de pobreza evoluíram fornecendo as bases para o trabalho internacional e comparativo (TOWNSEND, 1993:30). Esses conceitos se basearam principalmente nas ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. O conceito que parte da ideia de subsistência incorpora a renda necessária para o consumo da quantidade mínima de nutrientes para a manutenção física dos indivíduos e suas famílias (TOWNSEND, 1993:30). O conceito que tem como fundamento as necessidades básicas é uma ampliação da noção precedente, incorpora o mínimo necessário para o consumo privado de uma família

(comida, abrigo, roupas, etc.) e também alguns serviços essenciais providos pela/para a comunidade (transporte público, educação básica, saúde, etc.).

A definição das necessidades básicas depende de pressupostos sobre o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades, depende do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto. Se há pobreza, existe também uma estrutura social da pobreza, com grupos na população vivenciando um risco mais alto desta pobreza e com reconhecidamente maior empobrecimento que os outros (TOWNSEND, 1993:32). Quanto mais o conceito de pobreza está restrito à insuficiência de renda dos indivíduos ou mesmo os bens e serviços coletivos, mais fácil é argumentar que o crescimento econômico nacional é por si suficiente para superar o problema. Por contraste, quanto mais o conceito é ampliado (incluindo saúde, bem estar, cidadania), mais se faz necessário admitir uma complexa combinação de crescimento, redistribuição e reorganização das trocas e outras relações institucionais (TOWNSEND, 1993:33).

Por estas razões os cientistas foram obrigados a reconhecer a interdependência entre o conceito de pobreza e a estrutura social, e assim formular um terceiro conceito mais compreensivo, baseado na ideia de privação relativa (TOWNSEND, 1993:33). A pobreza deve ser situada ao longo do tempo em relação à estrutura social e não simplesmente ser denotada como baixa disponibilidade de renda para adquirir suprimentos. As formas objetivas de privação material merecem reflexão e mensuração adequadas. A pobreza atinge aqueles cujos recursos não permitem a participação adequada na sociedade. As pessoas são pobres (relativamente privadas) se não conseguem obter, total ou suficientemente, as condições de vida que permitiriam realizar as atividades, participar das relações e adotar o comportamento que é esperado delas em função de seu pertencimento à determinada sociedade (TOWNSEND, 1993:36).

Os conceitos são mediados por definições e medidas – é assim que são traduzidos em políticas públicas. Conceitos, definições e medidas são frequentemente confundidos, portanto, é importante diferenciar os três. Os conceitos fornecem o âmbito, os significados e discursos sobre a pobreza (LISTER, 2004:4). As definições fornecem uma indicação mais precisa do que distingue o estado de pobreza (discrimina: pobre/não pobre). As medidas representam formas de operacionalizar as definições para seja possível determinar mais objetivamente a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza.

A escolha dos critérios de identificação afeta consideravelmente os resultados. Grande parte da produção acadêmica que trata da pobreza enquanto fenômeno socioeconômico apoia-se na definição dos pobres a partir de uma medida que expresse o padrão de vida dessas pessoas em termos monetários. Usualmente a renda (e/ou a despesa) dos indivíduos (e/ou famílias) é escolhida enquanto espaço de mensuração. Assim, temos a definição da pobreza enquanto insuficiência de renda.

Após a da escolha da dimensão é preciso estabelecer um nível mínimo, procedimento que sempre guarda alguma arbitrariedade, o limiar criado é usualmente denominado: “linha de pobreza”. Em termos absolutos, as organizações internacionais preocupadas com este tema costumam definir este nível de forma altamente arbitrária. Classicamente: um dólar ou dois dólares por dia para uma pessoa. Trata-se de uma linha largamente empregada em comparações internacionais, cujos valores de referência foram atualizados para US\$1,25 e US\$2,50. Essa definição corresponde ao conceito baseado na ideia de subsistência. Outra definição, baseada na ideia de necessidades básicas, utiliza o valor do salário mínimo ou de uma “cesta básica” para estabelecer a linha de pobreza. A noção de privação relativa dá origem a definições que utilizam alguma proporção da renda média (ou mediana).

Definida a estratégia de identificação (definição), resta o estabelecimento da forma de mensuração do fenômeno. As medidas devem refletir o nível de diferentes aspectos relevantes. Encontramos na literatura pelo menos três condições a serem satisfeitas por uma medida de pobreza: (1) ela deve refletir a incidência da pobreza, (2) deve captar a intensidade da pobreza e (3) deve considerar a desigualdade entre os pobres (FOSTER *et al*, 1984; ROCHA, 1997 e 2003; SEN, 2008;

MEDEIROS, 2012). Diversos indicadores foram criados visando atender a uma, duas ou até mesmo às três condições. A medida mais corriqueira capta unicamente a incidência da pobreza, o indicador é usualmente denominado *Headcount* (H). Ele permite apurar o número e a proporção daqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza. Apesar de sua útil simplicidade, este indicador é alvo de várias críticas porque ignora a distribuição de renda entre os pobres e não contém nenhuma informação sobre a intensidade da pobreza.

Outro indicador criado visa estimar a profundidade da pobreza, convencionalmente medida através da diferença média dos pobres para determinada linha de pobreza preestabelecida (BRADY, 2003:728). Esta privação média, conhecida por *Income Gap*, ou “hiato de renda” (I), mede a renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até o nível da linha de pobreza. Outra estratégia incorpora ambos os indicadores em um índice, refletindo ao mesmo tempo a incidência e a intensidade da pobreza.

Observe-se que, tal como a taxa de incidência H é completamente insensível ao quanto as rendas dos pobres ficam aquém da linha de pobreza e considera apenas o número abaixo da linha, a taxa I é completamente insensível ao número de indivíduos envolvidos e considera somente a insuficiência média de renda dos pobres com relação à linha de pobreza. É natural pensar que as duas devem complementar-se, já que elas tratam de diferentes aspectos da pobreza. Assim a necessidade de juntar H e I (ou índices similares) é óbvia o suficiente. (SEN, 2008:166)

Um índice que contempla concomitantemente a incidência e a intensidade da pobreza ainda desconsidera a desigualdade entre os pobres (WATTS, 1969; SEN, 1976; FOSTER *et al*, 1984). Inspirados pela teoria da justiça de John Rawls, especialmente pela intenção de maximizar o mínimo (derivada da segunda parte do “princípio da diferença”), diversos especialistas elaboraram, então, formas de mensuração que garantem a desproporcionalidade no índice utilizado. Estes índices levam em conta a desigualdade entre os pobres e refletem a preocupação com a condição suportada pelos profundamente pobres. Dependendo dos interesses teóricos, cada medida oferece certas vantagens e também desvantagens. A principal questão no contexto da mensuração da pobreza enquanto insuficiência de renda é a necessidade de prestar atenção a todos os três aspectos: incidência, intensidade e desigualdade (SEN, 2008:169; MEDEIROS, 2012:166).

Dessa forma, concluímos que a classe de índices (FGT) propostos por Foster, Greer e Thorbecke (1984) é a mais apropriada na descrição dos níveis e evolução da pobreza, pois atende às três condições essenciais e adicionalmente à possibilidade de agregação/desagregação para os grupos de interesse na população¹. Utilizando um pacote de análise distributiva (DASP) criado por Jean-Yves Duclos e Abdelkrim Araar para o Stata, foram calculados os três índices da classe FGT a partir de três critérios de identificação diferentes, dois alinhados a formas absolutas de pobreza e um à forma relativa. Os índices foram calculados para cada um dos países em dois pontos no tempo, um antes (2006) e outro após a crise econômica mundial de 2008 (2010 para Argentina e México e 2011 para o Brasil), de acordo com a disponibilidade dos microdados de pesquisas domiciliares amostrais. Utilizamos a renda familiar mensal *per capita* no caso de Argentina e Brasil e a renda domiciliar mensal *per capita*, no caso do México.

¹ Medeiros (2012:163-4) destaca a limitação dos índices de Watts e Sen, o primeiro não pode ser calculado para pessoas sem renda e o segundo não pode ser decomposto em subgrupos da população.

Medidas de pobreza baseadas em uma linha de pobreza absoluta retratam aspectos fixos, ou seja, os resultados não dependem da distribuição da medida de bem-estar na qual se está interessado (a insuficiência de renda ou de consumo). Por outro lado, a linha de pobreza relativa depende da distribuição de bem-estar (seja ele a expresso pela renda ou pelo consumo) encontrada em dado tempo (ano, mês, etc.) e espaço (país, região, etc.). Diversos autores (SEN, 2008; ROCHA, 2003; etc.) afirmam que medidas absolutas são mais úteis para a maioria dos países em desenvolvimento. Através delas é possível supor que um determinado nível de aquisição de mercadorias essenciais é necessário para o bem-estar material (BRADY, 2003:720). Este tipo de mensuração também pode ser ligada a definições absolutas de bem-estar, tais como mortalidade infantil, expectativa de vida, e ingestão calórica diária mínima.

A forma relativa de mensurar a pobreza não possibilita ao pesquisador capturar a privação absoluta das famílias, dos domicílios, mas capta com mais precisão a privação relativa (BRADY, 2003:721). Medidas relativas são úteis para capturar mudanças nas necessidades humanas através do tempo e do espaço, o que é particularmente relevante para algumas comparações. Elas geram resultados específicos para cada sociedade, em cada período de tempo, a partir dos padrões na distribuição de renda. As linhas de pobreza relativas são estabelecidas a partir da média ou da mediana da renda na sociedade em estudo. Neste trabalho, optamos por estabelecer a linha de pobreza relativa em 50% da mediana, já que essa medida de tendência central é menos afetada pelos extremos da distribuição. O “custo de vida” não é fixo entre sociedades e espaços de tempo, e a participação plena na vida social depende em grande parte do quanto as outras pessoas (ou famílias) gastam habitualmente para participar (JENCKS, 1972:5). Ainda segundo Christopher Jencks (1972:5-6):

Aqueles que ficam muito abaixo da norma, seja ela qual for, são excluídos. Segue-se que o aumento dos rendimentos dos pobres não vai eliminar a pobreza se os rendimentos dos outros Americanos subirem ainda mais rápido. Se as pessoas com renda inferior à metade da média nacional não podem pagar o que “todos” consideram “necessidades”, a única maneira de erradicar a pobreza é fazer com que todos tenham pelo menos um rendimento próximo à metade da média. (Tradução nossa).

Além disso, as linhas de pobreza absoluta envolvem uma série de dificuldades conceituais. Não há, por exemplo, um único nível de subsistência que possa ser refletido pela linha absoluta. Mesmo em se tratando de nutrição, há dificuldades em se determinar os requisitos mínimos com precisão. A quantidade e o custo da comida que deve ser consumida dependem das atividades que as pessoas exercem e dos costumes dietéticos observados, bem como do tipo de alimento socialmente disponibilizado pela produção e circulação nos mercados (TOWNSEND, 1993:31). Segundo Townsend (1993) qualquer conceito de subsistência depende de critérios que definem o que é um nível de vida adequado ou viável, e todos esses critérios envolvem julgamentos subjetivos e culturalmente variáveis ao invés de medidas absolutas da necessidade. O absoluto é historicamente e culturalmente relativo, assim, qualquer medida da pobreza é inevitavelmente relativa às circunstâncias sociais (SCOTT, 1994:11).

Os casos:

O desenvolvimento brasileiro no início do século XX foi muito financiado por inversões da economia cafeeira, com o núcleo econômico concentrado nas regiões litorâneas, principalmente nas regiões sul e sudeste. Com isso, regiões periféricas acabaram servindo como fornecedoras primárias e consumidoras finais de bens manufaturados, num modelo que alimentou as diferenças interregionais no

país (CANO, 1998; FURTADO, 1981). O país teve surtos de substituição de importações, primeira pela via das indústrias de base, depois através da industrialização de bens de consumo duráveis (PACHECO, 2000; FURTADO 1981). Durante a ditadura civil-militar observou-se a ausência de políticas sociais, o que aumentou as desigualdades sociais no Brasil, concentrando enormemente a renda de sua população, além de gerar um leque amplo de questões sociais.

Com a crise do petróleo, as políticas de desenvolvimento baseadas no endividamento externo reduziram a capacidade de investimentos dos dois últimos governos militares (FURTADO, 1981). Na entrada dos anos oitenta o Brasil foi submetido a um choque em função da alta dos juros internacionais e dos preços do petróleo, enquanto sua pauta de exportações se limitava a produtos primários, cujos preços caíram. Além disso, o país estava praticamente afastado do sistema financeiro (FIORI, 1999: 32). Havia uma conjuntura de crise mundial. O momento foi de proteção aos credores e de punição aos devedores no cenário econômico mundial (KIELY, 2006).

Os anos 1990 tiveram uma agenda de abertura gradual do mercado interno, atração de indústrias estrangeiras, privatizações e “enxugamento” da máquina pública. Os governos de Cardoso (1995-2002) tiveram por base reformas liberais em concomitância com projetos sociais. Além disso, ficaram marcados pelo alto desemprego, aguçado com o contexto mundial de crise e a fragilidade das instituições econômicas do país (FIORI, 1999) e as privatizações, tendo como contraponto o relativo controle inflacionário. Com baixa popularidade, FHC deixou o governo sem fazer seu sucessor.

O modelo macroeconômico sofreu poucas, embora importantes, alterações durante o primeiro governo de Lula da Silva (2003-2006). Sem maiores rupturas, buscou-se manter metas de inflação e fiscal, mas usou-se de instrumentos como as empresas estatais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para injetar capital na economia, com investimentos diretos e transbordamentos regionais. O caso mais bem sucedido é, sem dúvidas, o do petróleo, embora empresas privadas, mistas, ou com participação de fundos de pensão públicos, como as mineradoras tenham obtido bons resultados já no primeiro governo de Lula.

Em seu segundo governo, Lula lançou o Plano de Aceleração do Crescimento, com a finalidade de implementar um programa de obras públicas em todo o país². Além disso, a oferta de créditos tanto à população, quanto ao capital privado se expandiu. O BNDES é hoje o principal fomentador de desenvolvimento no país, com linhas de crédito para todos os tipos de empresas e juros rondando os 6% anuais (BNDES, 2010)³. Através do Banco, nasceram políticas de redução de desigualdades regionais (BRANDÃO *et al*, 2006).

Com relação ao combate à pobreza, o governo de Lula criou o Programa Bolsa Família (2004), que visava atender a todas as famílias cuja renda *per capita* fosse inferior a R\$ 70,00 mensais. Com transferência direta de dinheiro para as mulheres da família beneficiada, que podem sacar o montante com um cartão magnético, o programa deposita um montante fixo, no valor de R\$ 70,00, com um montante variável por filho, ou por gestantes, no limite de cinco benefícios por família (R\$ 32,00 por filho), além da possibilidade do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (R\$ 38,00 para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola), do Benefício Variável de Caráter Extradordinário (para beneficiários que migraram de outros programas de transferência de renda pré-existent) e do Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Infância, cujos valores variam de maneira a compor a renda *per capita* de R\$ 70,00.

² Governo Federal, <http://www.brasil.gov.br/pac/>, 2010, acessado em 12/03/2010.

³ BNDES, 2010:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Custos_Financeiros/Taxa_de_Juros_de_Longo_Prazo_TJLP/index.html, acessado em 12/03/2010.

Uma das marcas do Programa Bolsa Família foi a formação de um cadastro único de credenciamento das famílias, além da instalação nos municípios brasileiros de centros de assistência às famílias. As condicionalidades do Programa envolvem a frequência escolar, o acompanhamento da saúde dos filhos, através das cartelas de vacinação, cumprimento do calendário de consultas pré-natais, além da junção com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que busca impedir que crianças e jovens com menos de 15 anos trabalhem (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, 2013).

Além de ter obtido amplos resultados em termos de redução da pobreza extrema, de acordo com as classificações do Banco Mundial, o Programa Bolsa Família conta com uma rede de monitoramento e avaliação. Além do Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) também tem forte incidência sobre a redução da pobreza. Trata-se de uma aposentadoria para aqueles cidadãos rurais que não contribuíram para a Previdência Social ao longo de suas vidas laborais. Paga um salário mínimo ao mutuário (SOARES *et al*, 2006).

Argentina:

O desenvolvimento na Argentina se deu muito fortemente através da incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora (CARDOSO e FALETTI, 2004). Os investimentos industriais do país se deram com forte concentração regional, majoritariamente em torno da região metropolitana da Grande Buenos Aires e, em menor medida, nas províncias de Rosário, Córdoba, Tucumán e Mendoza. Com isso, os impactos populacionais também foram sentidos, estabelecendo-se fortes correntes migratórias dos estados menos desenvolvidas para regiões de atração (STOBBE, 1999; CICOLELLA, 1992).

Após alterações na condução central da economia argentina nos anos 1970 e 1980, houve a acentuação dos processos de reestruturação produtiva, privatizações e abertura comercial, além da reespecialização de instalações para regiões menos tradicionais⁴ (NOVICK, 2001).

A Argentina passou por grave crise na virada do século XX para o XXI, o que provocou instabilidade política, econômica e social, aumentando muito o número de argentinos abaixo da linha de pobreza (FERRARI, MALAGUTI e CUNHA, 2009).

Em função das crises e como tentativa de recuperar o bem-estar da população, o país conta hoje com alguns programas de transferência de renda e empoderamento familiar. O Ministério do Trabalho e da Seguridade Social criou o *Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*, com o intuito de reinserir adultos desempregados no mercado de trabalho e assegurar um piso salarial de AR\$ 150,00 àqueles chefes e chefas de domicílios que se dedicarem a algum emprego ou qualificação pessoal por, no mínimo, quatro horas diárias (PNUD, 2013; NASCIMENTO & REIS, 2009). As contrapartidas eram o cuidado com a saúde e a educação dos filhos. Além dele, o *Seguro de Capacitación y Empleo* e o *Familias por la Inclusión Social* também foram criados. O primeiro busca atender àqueles com maior possibilidade de reingresso no mercado formal de trabalho e paga uma bolsa de AR\$ 225,00 e tem prazo máximo de dois anos. Em caso de sucesso na busca pelo emprego, o benefício continua sendo pago por seis meses para empregos no setor privado e doze meses para empregos no setor público. O segundo busca atender, em longo prazo, às famílias com problemas de pobreza estrutural. Seu foco também recai sobre chefes de domicílios desempregados, com grau máximo de qualificação médio e dois ou mais filhos. O beneficiário é preferencialmente mulher, que já participava do *Programa Jefes y Jefas*. Os valores pagos são de AR\$ 155,00, ao qual são acrescidos mais AR\$ 30,00 por filho adicional aos dois previstos. O limite máximo do número de filhos é de seis, o que soma um valor de AR\$

⁴ Algumas dessas regiões foram San Luis, Catamarca, La Rioja e o Território Nacional de Tierra del Fuego (CICOLELLA, 1992).

305,00. Podem ser adicionados AR\$ 50,00 para ajuda com material escolar, transporte, etc. As contrapartidas exigidas são o cumprimento dos prazos de vacinação dos filhos e a frequência escolar até o dependente atingir o Ensino Médio (*nivel secundario o polimodal*)⁵.

México

O México é um dos países mais industrializados da América Latina. Sua industrialização iniciou-se por volta dos anos 1940, depois de um período de condução econômico-política que incorporou as camadas médias pelo enfraquecimento dos setores oligárquicos, em busca do fortalecimento da produção nacional, com capital estrangeiro. (CARDOSO e FALETTO). O país teve forte crescimento econômico até os anos 1970 (GUADARRAMA e OLIVEIRA: 2001). A relação estreita do país com os Estados Unidos também foi uma marca de seu desenvolvimento⁶ (VEGA, 2004)

As crises sofridas em 1982 e 1994 abalaram a economia do país, que buscou soluções para suas desigualdades através de uma série de ações reunidas sob o nome de PRONASOL (Programa Nacional Solidariedade). O país também sofreu com a abertura comercial e o liberalismo social implantado. Além das desigualdades sociais, desigualdades regionais se aguçaram ao longo das crises (GUADARRAMA e OLIVEIRA, 2001; COVARRUBIAS, 1998).

Mais recentemente, um programa de transferência de renda na tentativa de reduzir a pobreza e a concentração de riquezas no país foi implementado, o “Oportunidades”. Ele sucedeu e incorporou o *Programa de Educación, Salud y Alimentación* (PROGRESA), em março de 2002, associando luta contra a pobreza e apoio financeiro para os estudos dos filhos das famílias beneficiadas. O programa é composto por uma série de módulos operacionais que tratam da saúde das famílias, do incentivo ao aumento do grau de instrução dos jovens, de questões relacionadas à higiene e à nutrição e de fomento à compra de material escolar, vinculando suas ações às de outros programas. Começou com US\$ 2,3 bilhões⁷, procurando atender a 4,2 milhões de famílias, em estreita parceria com o Banco Mundial. O Programa considera inúmeras variáveis de percepção de pobreza para a criação do índice de pobreza adotado (MÉXICO, Diário Oficial, 16 de junho de 2010). Segundo avaliação externa, 5,8 milhões de domicílios possuem pelo menos um beneficiário do Programa, que totalizaria 27 milhões de pessoas (MÉXICO, SEDESOL, 2013; BRASIL, 2013).

A crise mundial de 2008:

A crise econômica que teve seu epicentro nos Estados Unidos, em 2008, é o mote deste trabalho. As constantes desregulações e o excesso especulativo colocaram em cheque um modelo de regulação que já se espalhara pelo mundo, extremamente financeirizado. As contradições de tal regime, se aguçaram, eclodindo em forma de crise mundial ao final de 2008. A crise foi sentida de forma distinta

⁵ Há exemplos de programas locais de transferência de renda, como um programa da província de Buenos Aires, chamado *Ciudadanía Porteña*, que segue os moldes do Programa Bolsa Família (Brasil) e do Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades (México), transferindo, através de depósitos em cartões magnéticos pré-carregados, uma quantia financeira que atenda as necessidades básicas dos cidadãos buenaireses. Exige como contrapartida a frequência escolar dos filhos e os cuidados com saúde preventiva de crianças e jovens (PNUD, 2013).

⁶ Maquila pode ser definida como “*una entidad que ensambla, manufactura, procesa o repara materiales temporalmente importados por el país receptor para su eventual reexportación o envío a su país de origen.*” (Mendiola, 1999, apud VEGA, 2004).

⁷ Somente entre 2009 e 2010 foram aprovados US\$ 2,75 bilhões em financiamentos do Banco Mundial para o Programa Oportunidades.

nos vários países, mas em escala global, sendo o aguçamento de contradições que começaram a ser forçadas com as primeiras experiências neoliberais, nos anos 1970 (DULCI, 2010).

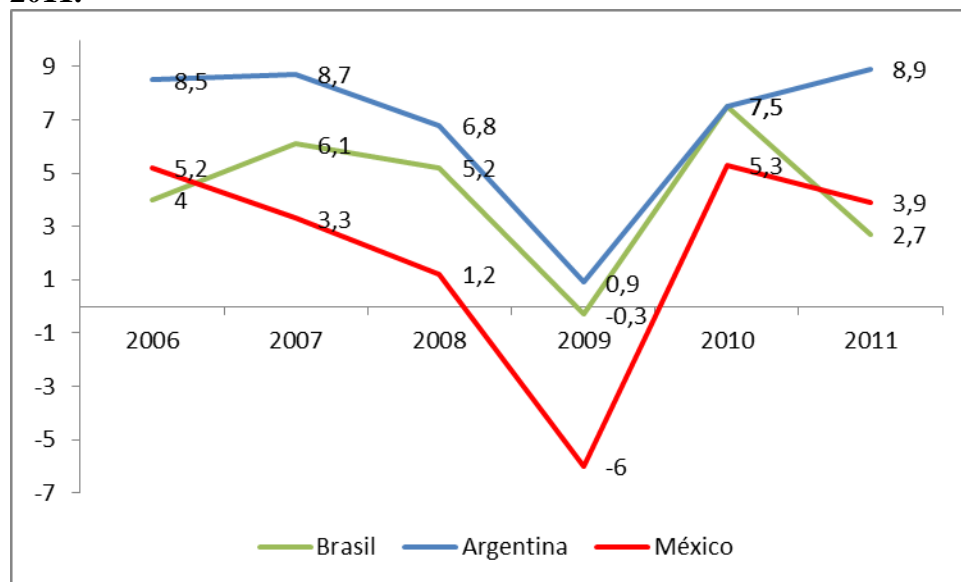
A desregulação desenfreada que foi permitida nos países capitalistas centrais, somada à grande interdependência que agentes públicos e privados mantêm no regime capitalista, aclarou as contradições de forma extremamente rápida. Os títulos podres negociados no EUA, descobriu-se pouco depois, haviam sido vendidos a grandes bancos de vários países. O crédito diminuiu, os preços de commodities dispararam, o comércio internacional retraiu. A crise atingiu seu momento crítico quando da falência do Banco Lehman Brothers, seguindo os preceitos do livre mercado (Idem).

Na seção seguinte avaliaremos de que forma a crise impactou na população dos países aqui analisados, com foco específico nas variações das taxas de pobreza. As opções metodológicas e os dados virão a seguir.

Dados:

A crise se reflete muito claramente nos dados referentes ao Produto Interno Bruto de cada país analisado. As médias de crescimento observadas nos anos anteriores à crise demonstravam uma recuperação forte em termos de crescimento macroeconômico de Brasil, Argentina e México, quando comparados aos anos 1990. Na Argentina, o país crescera, entre 2006 e 2007 a uma média de 8,5%, enquanto Brasil e México a seguiam (5,0% e 4,2%, respectivamente). Os crescimentos, impactados pela crise, caíram para 0,9%, na Argentina, -0,9%, no Brasil e -6,0% no México, no ano de 2009. A recuperação imediata foi mais intensa no Brasil e na Argentina (7,5% no ano de 2010), mas arrefeceu no Brasil e no México nos anos seguintes (2,7% e 3,9%, respectivamente, em 2011).

Gráfico 1: Variação percentual do Produto Interno Bruto, Brasil, Argentina e México, 2006 a 2011.



Essas medidas dão a noção da intensidade com que as economias desses países foram afetadas naquele período. Nas seções seguintes, veremos o efeito que a crise mundial teve nas linhas de pobreza de cada país individualmente.

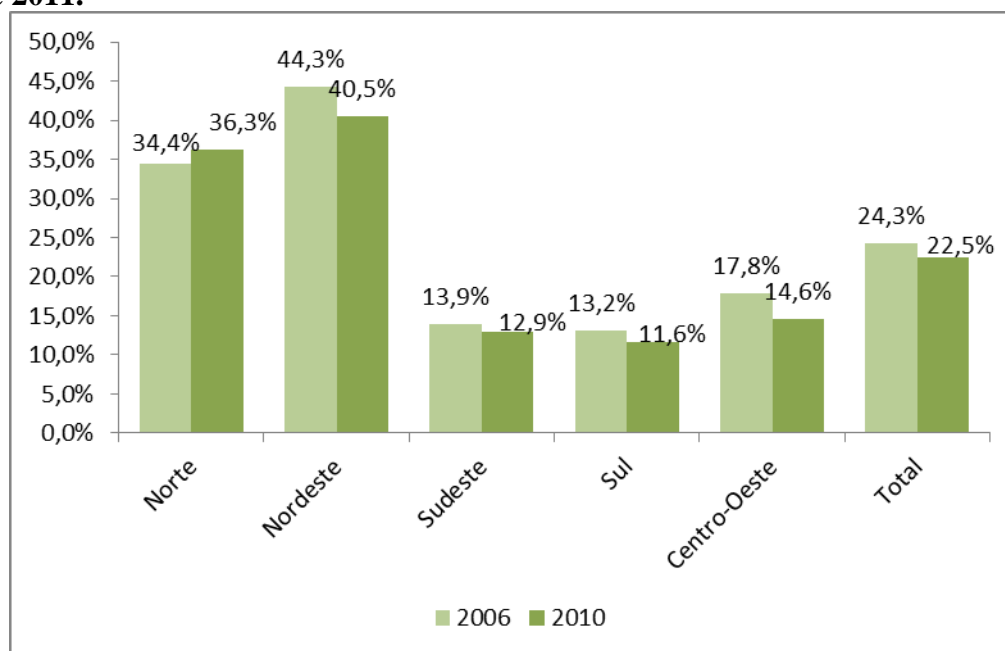
A. Brasil⁸

B.

Os dados calculados de acordo com a metodologia proposta de pobreza relativa são estratificados por região, o que justifica-se pela desigualdade regional dos três países, conforme já visto acima. De acordo com os resultados obtidos para os dois anos estudados, o caso brasileiro apresenta redução da pobreza na população total do Brasil. Apesar da crise econômica, dois anos após seu epicentro, os dados já mostravam que a pobreza total no Brasil havia diminuído de 24,3%, em 2006, para 22,5%, em 2011.

Já nas duas regiões de maior incidência de pobreza relativa (Norte e Nordeste), houve comportamentos distintos. Na primeira, observou-se aumento do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, aumentando de 34,4% para 36,3%. Na segunda, houve redução de 44,3% para 40,5%. Nas outras três regiões, também foi observada redução, tendo a maior delas ocorrido na região Centro-Oeste (de 17,8% para 14,6%).

Gráfico 2: Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza por macrorregião, Brasil, 2006 e 2011.



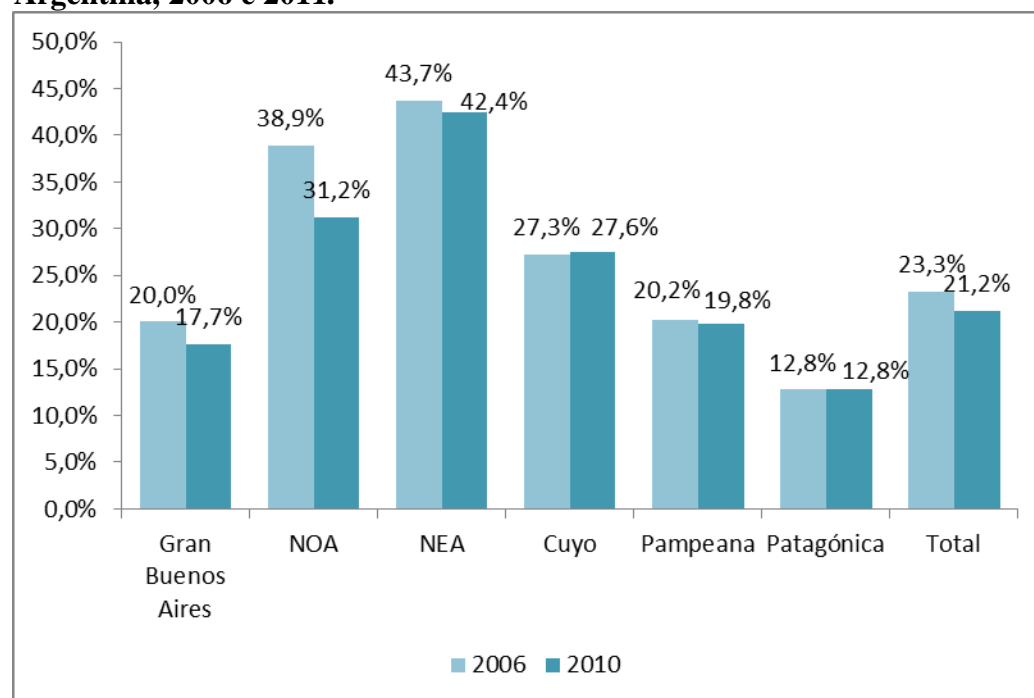
C. Argentina

Na Argentina, foi feita a mesma análise observada para o caso brasileiro. Naquele país, a população total de pessoas abaixo da linha de pobreza proposta também se reduziu, caindo de 23,3% para 21,2%. As duas regiões mais ao norte do país, onde incide maior percentual de pessoas pobres, também observaram redução. Na região Norte Argentina (NOA), o percentual caiu de 38,9% para 31,2%. Já na região Nordeste Argentina (NEA – Nordeste), a redução foi de 43,7% para 42,4%. Em ambas, o percentual ainda é bastante superior ao do total do país, chegando a 21,2 pontos percentuais de diferença. Apenas na região do Nuevo Cuyo (Cuyo) houve aumento percentual de população pobre

⁸ Os dados populacionais do Brasil foram calculados tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006 e 2011. No país, em 2010, foi a campo o Censo Demográfico, cujas características são um tanto distintas em relação à pesquisa amostral. Por coerência metodológica, optou-se pela manutenção da PNAD do ano seguinte.

(variação de 27,3% para 27,6%). Nas regiões de Gran Buenos Aires, Patagónica e Pampeana, houve redução percentual.

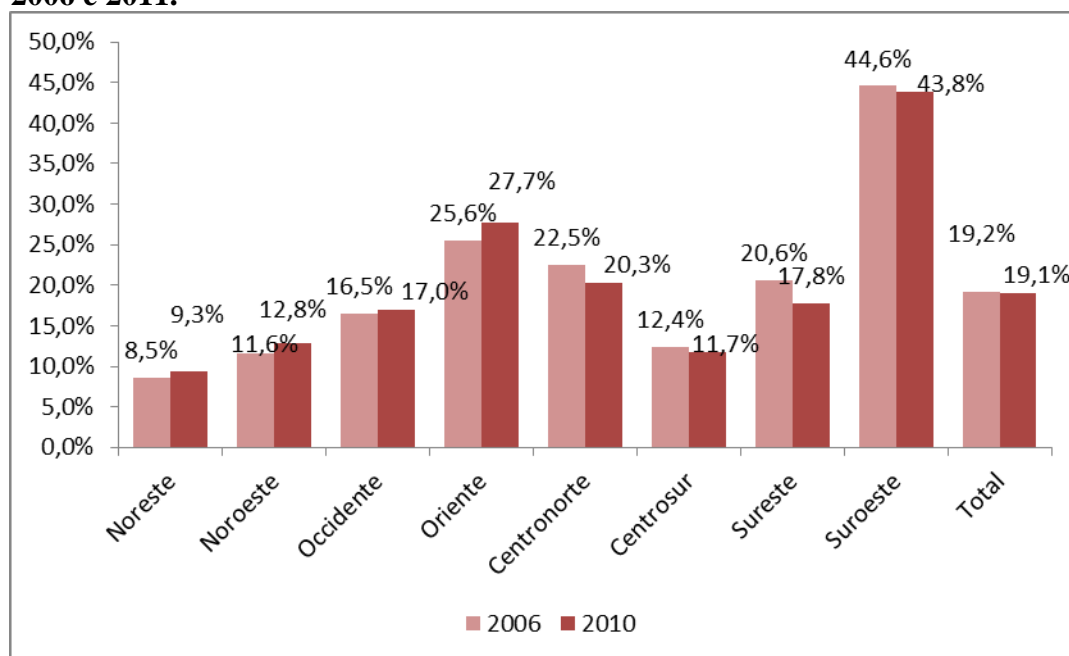
Gráfico 3: Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza por macrorregião, Argentina, 2006 e 2011.



D. México:

Os dados do México mostram pequena variação negativa em termos de pobreza total (redução de 19,2% para 19,1%). No entanto, em algumas regiões observou-se aumento, como na região Oriente (alta de 2,1 pontos percentuais), Noreste, Noroeste e Occidente, sendo a maior delas a variação de 1,2 pontos na região Noroeste. Em todas as outras macrorregiões mexicanas houve queda no percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza no período observado. A maior redução proporcional se deu na região Sureste (2,8 pontos percentuais).

Gráfico 4: Percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza por macrorregião, México, 2006 e 2011.



E. Comparações:

Confrontamos os dados apresentados acima com duas outras metodologias consagradas de mensuração de pobreza: a pela via do salário mínimo, e a do ingresso diário, definida pelo Banco Mundial (US\$2,5 por dia). Conforme se nota na tabela abaixo, a Argentina tinha 28,6% de pobreza extrema em seu país, em 2006. O resultado, dois anos após a crise mundial de 2008 caiu para 9,3%. No Brasil, também houve redução, de 30,1% para 9,8% da população total. Já no México, o fenômeno se inverte, sendo visto aumento do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza (de 10,4% para 13,0%).

Tabela 1: Incidência, Intesidade e Severidade das linhas de pobreza extrema, por salário mínimo e pobreza relativa na população de Brasil, Argentina e México, 2006 e 2010.

Incidência da Pobreza						
País	US\$ 2,5		SM Nacional		50% RM	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Argentina	0,285818	0,092862	0,785788	0,765314	0,232782	0,212280
Brasil	0,301199	0,098127	0,592584	0,509060	0,243044	0,224877
México	0,104381	0,130159	0,288195	0,323363	0,192231	0,190760
Intensidade da Pobreza						
País	US\$ 2,5		SM Nacional		50% RM	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Argentina	0,126282	0,033712	0,449339	0,411194	0,103900	0,081297
Brasil	0,137008	0,049719	0,316622	0,252382	0,108569	0,099900
México	0,031934	0,041520	0,100423	0,117685	0,062535	0,063895
Severidade da Pobreza						
País	US\$ 2,5		SM Nacional		50% RM	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Argentina	0,075510	0,018680	0,308744	0,267613	0,061708	0,044024
Brasil	0,085908	0,035448	0,208970	0,161188	0,068807	0,063050
México	0,014390	0,019633	0,049663	0,060023	0,029544	0,031051

Nota 1: Tabulação própria com base nos dados INDEC, IBGE e INEGI.

Nota 2: Os dados para o Brasil referem-se a 2011.

Quando adotamos a medida pela via do salário mínimo de cada país, os percentuais são bastante mais elevados, embora o comportamento observado para o índice anterior se mantenha. Na Argentina, o percentual caiu de 78,6% para 76,5%, ao passo que no Brasil essa redução foi de 59,3% para 50,9%. Já no México, houve aumento de 28,8% para 32,3%.

Com relação à medida de intensidade, indicador que reflete o hiato médio padronizado diminuiu de um período para outro nos casos da Argentina e do Brasil e no caso do México sofreu um leve aumento. O hiato médio padronizado retrata a intensidade a partir de proporções em relação à linha de pobreza. A queda na intensidade da pobreza nos dois primeiros países é constatada independente do critério utilizado na construção das linhas (US\$ 2,50, Salário Mínimo Nacional ou 50% da Renda Mediana). Já para o México, é possível notar um pequeno aumento no que se refere à pobreza absoluta e uma (quase) estabilidade com relação à pobreza relativa. Esses resultados são confirmados pela terceira medida, que reflete a severidade da pobreza, houve melhora no indicador para Argentina e Brasil independentemente do critério, leve piora absoluta e estabilidade relativa para o México.

Considerações Finais:

A partir do esforço aqui empreendido, percebe-se que, em termos absolutos, a pobreza vem caindo na Argentina e no Brasil. Os níveis mexicanos já eram mais baixos que os dois países em questão, mas viram-se aumentar durante o período crítico. Deve-se ressaltar que o México foi o país de maior redução do Produto Interno Bruto no ano de 2009. A recuperação do crescimento não foi tão intensa quanto a queda.

Os efeitos da crise na Argentina e no Brasil deram-se principalmente no PIB, mas não afetaram tanto a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza nesses países. Pode-se indicar duas

hipóteses para tanto: a) os programas públicos de transferência de renda criaram uma blindagem para a população mais pobre, garantindo sua estabilidade monetária; b) os efeitos da crise, se sentidos, foram de caráter conjuntural, no epicentro do cataclismo econômico.

Há ainda muito a ser analisado, no que refere-se a esse período relevante do início do século XXI. Este trabalho foi um esforço inicial de apresentação de resultados no sentido de contribuir com as análises sobre o tema da crise e da pobreza.

Referências:

- AMSDEN, A.: *The rise of the rest*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2001.
- BANDEIRA, P.S.: *As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: Considerações Sobre Aspectos Institucionais e Organizacionais*, Belo Horizonte, UFMG-CEDEPLAR, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R.: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha*, 2000.
- BRADY, D.: “Rethinking the sociological measurement of poverty”, *Workin Paper*, Duke University, 2003.
- BRANDÃO, C.A.; COSTA, E.J.M.; ALVES, M.A.S.: “Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – os novos arranjos institucionais”, 2006, In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (orgs.): *Economia regional e urbana – contribuições teóricas recentes*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- CANO, W.: *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*, Campinas, Unicamp, 1998.
- CICCOLELLA, P.J.: “Reestructuración Industrial y Transformaciones Territoriales: Consideraciones teóricas y aproximaciones generales a la experiencia argentina”. In: *Territorio*, nº 4, 1992. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geografia/territ4.htm>. Acessado em 20/04/2008.
- COSTAMAGNA, Pablo: *Políticas e instituciones para el desarrollo económico territorial. El caso de Argentina*, Santiago de Chile, CEPAL, 2007.
- COVARRUBIAS, L.: “Subsistemas de empleo en México y Brasil: un modelo analítico y dos estudios de caso en la industria automotriz”, In: *Revista latinoamericana de estudios de trabajo*, ano 4, número 8, 1998.
- FERRARI, A.; MALAGUTI, M.; CUNHA, A. M.: Origens históricas dos conflitos distributivos na Argentina, In: *Textos para discussão UFF/Economia*, Niterói, 2009.
- FIORI, J.L. (org.): *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E.: “A class of decomposable poverty measures”, *Econometrica*, v.52, n.3, 1984.
- GRUSKY, D.; WEEDEN K.A.: “Measuring Poverty: The Case for a Sociological Approach.” In: *Many Dimensions of Poverty*, Palgrave Macmillan, 2006.
- GUADARRAMA, J.; OLIVERA, G.: “Desaceleración, crisis, reactivación y recesión industrial de la región Centro de México. Un largo ciclo de reestructuración del núcleo y la periferia”, In: *EURE*, Santiago, v.27, n.82, Santiago, dic. 2001.
- JENCKS, C.: *Inequality: a reassessment of the effect of family and schooling in America*, Basic Books, 1972.
- KIELY, R.: *The new political economy of development*, Palgrave Macmillan, 2006.
- LISTER, R.: *Poverty*, Polity Press, 2004.
- MEDEIROS, M.: *Medidas de Desigualdade e Pobreza*, UNB, 2012.
- NOVICK, M.: “Nuevas reglas de juego en la Argentina, competitividad y actores sindicales”, In: *Los sindicatos frente a los procesos de transición política*, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

- PACHECO, C.A.: *Fragmentação da nação*, Campinas, Ed. UNICAMP, 1998.
- ROCHA, S.: “Estimação de linhas de pobreza e indigência: opções metodológicas no Brasil.” In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, IPEA, 2000.
- ROCHA, S.: *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?*, FGV, 2003.
- SCOTT, J.: *Poverty and Wealth: citizenship, deprivation and privilege*, Longman Publishing, 1994.
- SEN, A.: *Desigualdade Reexaminada*, Record, 2008.
- STOBBE, Lineke: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 1999 - CDI-MECON
- TOWNSEND, P.: *The International Analysis of Poverty*, Harvester Wheatsheaf, 1993.
- VADELL, J.A.: “A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner”, In: *Revista brasileira de política internacional*, 49(1) pp. 194-214, Brasília, 2006.
- VEGA, M.C.G.: “El desarrollo de la industria de la maquila en México”, In: *Revista latinoamericana de economia*, vol.35, n. 138, julio-septiembre, Cidade do México, UNAM, 2004.

Sítios da internet visitados:

http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/work/sites/Web/resources/LocalContent/2229/4/LineamientosPobrezaCONEVAL_16062010.pdf

https://mef.gob.pe/contenidos/pol_econ/documentos/Focalizac_PS_Mexico.pdf

<http://www.oportunidades.gob.mx/EVALUACION/index.php>

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/12/27/brasil-e-o-pais-latino-americano-com-mais-beneficiarios-de-programas-de-transferencia-de-renda>

<http://www.ipc-undp.org/PagePortb.do?id=164&active=3#argentina>

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>